

1816

1937

1816



MENOR

MAIS CRECHES

SADIA: SALAR

ES PARA AS CRI

PARA AS MÃES

CAIXA

CRECHE



ORGANIZAÇÃO

POPULAR ✓

ELIZABETH TEIXEIRA ✓

TRABALHO DE GRADUAÇÃO - CRECHE - ORGANIZAÇÃO POPULAR ✓

*Banca 07  
Tarde*

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo "Braz Cubas"

Elizabeth Teixeira - RGM: 2124, Turma: 8D

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	01
HISTÓRICO - Industrialização e a mão-de-obra feminina no Brasil e em São Paulo.....	03
LEGISLAÇÃO - CLT.....	09
HISTÓRICO DA CRECHE E ATUAÇÃO DA COBES.....	11
SITUAÇÃO DA CRECHE HOJE.....	16
MOVIMENTO DE LUTA POR CRECHES.....	20
ÁREAS DE ESTUDO - Campo Limpo.....	28

## INTRODUÇÃO

Ao presenciar o atual momento político e econômico do país, verificamos que a medida que a inflação aumenta, os produtos de primeira necessidade, como alimentos e vestuário, tem / seus preços elevados a cada dia, e o poder aquisitivo do povo / diminui, pois os salários são insuficientes e não acompanham o aumento do custo de vida.

Sendo a população de baixa renda, a maior prejudicada por esta política econômica inflacionária vigente, ela começa a se organizar e a reivindicar melhores salários e melhor condição de vida.

Entre os vários movimentos reivindicatórios escolhemos como foco de estudo, o Movimento de Luta por Creches - necessidade básica da população, a partir do momento que a mulher se vê obrigada a trabalhar fora, para aumentar a renda familiar, e enfrentar o problema da guarda dos filhos.

Este trabalho se propõe a fazer um estudo sobre a problemática da Creche tendo como fator fundamental o Movimento de Luta por Creches e a interferência deste no planejamento urbano, obedecendo a seguinte metodologia:

- Histórico - Industrialização e a mão-de-obra feminina no Brasil e em São Paulo.
- Legislação - CLT.
- Situação da Creche Hoje.
- Movimento de Luta por Creches.
- Área de estudo - Campo Limpo (Zona Sul).

Levantamentos - Levantamento das creches.

População - faixa etária

Estudo e proposta de novas / áreas para creche.

A proposta do trabalho inclui a atuação de profissionais, no sentido de um trabalho no qual se integre a população / na sua organização e reivindicação em vez de apenas responder ,

paternalisticamente as suas necessidades imediatas sem levar em conta sua opinião e contribuição, que a população, mais do que outro, tem e quer dar: não será desenvolvido um trabalho de alta teoria de implantação do planejamento urbano, como também este não é negado, mas compreendemos que a população deve ter um papel democrático e ativo, diretamente ligado a este planejamento.

As áreas propostas para implantação de novas Creches, são estudadas conjuntamente com a população e é esta que a libera.

É muito importante que o planejamento seja feito sob as reais necessidades do povo.

Apartir do momento em que uma população se organiza, estuda as suas necessidades e as reivindica. Através do Movimento de Luta por Creches, o trabalho desta deve ser levado em conta, pois ninguém melhor para dizer de suas necessidades do que ela própria.

Os fatores que influenciaram na escolha da Zona Sul, Campo Limpo principalmente, e estrada de M'Boi Mirim, como foco de estudo foram:

- Melhor organização no Movimento Reivindicatório, além dos problemas característicos como: população carente de recursos públicos, Renda Familiar baixa, grande número de habitantes na faixa etária de 0 a 6 anos; existentes em qualquer zona periférica.

Através da execução do trabalho, podemos perceber na organização da população da Zona Sul, a importância de nossa participação enquanto profissional, no momento em que todas as profissões chegam até a ser negadas por uma dificuldade do profissional de atuar em benefício da população.

Hoje o profissional atua enquanto indivíduo, mas a luta deve ser travada enquanto categoria para se alcançar um espaço democrático onde a atuação deste profissional seja diretamente ligada ao interesse da população.



HISTÓRICO – INDUSTRIALIZAÇÃO E A MÃO-DE-OBRA  
FEMININA NO BRASIL E EM S. PAULO

"A partir de 1914, início da primeira Guerra Mundial começa realmente o surto industrial. Até aquele ano o país importava quase todos os produtos manufaturados que consumia. A pequena indústria já existente não correspondia, em média, a 5% das necessidades nacionais. Se em tecidos chegavam a produzir 50% de nosso consumo, em outros artigos essa produção era zero.

Entre os cinco anos que vão de 1915 a 1919, criaram-se nada menos de 5.940 empresas industriais contra 6.946 criadas durante os vinte e cinco anos anteriores 1890 - 1914 e 626 constituídas antes da República.

Embora fosse o Brasil um país essencialmente agrícola, a maioria dos capitais disponíveis no período citado, mesmo quando provenientes da produção agrícola, não procuravam aplicação / da agricultura. Seu caminho natural era a indústria principalmente no Rio e em São Paulo"<sup>1</sup>.

"A expansão do mercado de trabalho industrial brasileira se fez com a utilização do trabalho feminino e masculino. Mais do que dados censitários, inexpressíveis para todo o século XIX e começo do XX, são os movimentos sindicais e as lutas operárias que contam sobre a participação econômica da mulher naquela época.

Jornais de 1870 estampam notícias incentivando menores e mulheres a trabalharem em fábricas, considerando-as "escola de trabalho" para "filhos e filhas do povo livre";

Em 1875 o Correio Paulistano publica anúncios de empregos fabris para mulheres. E, sobretudo o movimento sindical espelha as precárias condições em que mulheres e crianças trabalham.

A utilização do trabalho feminino, no começo do século era muito grande, segundo Everardo Dias. Diz ele: O proletariado fabril, em grande parte feminino e constituído de mocinhas, era o preferido para a indústria têxtil... Os homens eram só os con-

trimestres, mestres, tecelões especializados... Na indústria metalúrgica ou mecânica, o número de menores também era predominante, sendo que aqui o sexo aceito era o masculino".<sup>2</sup>

O desenvolvimento industrial veio aumentando no transcorrer dos anos, e é necessário reconhecer que houve um sensível/aumento da participação feminina no mercado de trabalho nas últimas décadas. Conforme podemos ver na tabela abaixo.<sup>3</sup>

População Economicamente Ativa  
no Brasil

	HOMENS	MULHERES
1920	7.691.900	1.434.000
1940	11.779.400	4.959.600
1950	14.571.800	4.861.800
1960	18.767.100	7.355.100
1973	26.079.628	11.670.610

"No censo de 1950 a taxa de atividade feminina é de 14,6% passando a 18,6% em 1970.

No Brasil, em 1970, cerca de 12,2% da mão-de-obra ocupada em atividades industriais é constituída por mulheres. No Estado de São Paulo, embora os dados do censo indiquem que 14,9% da força de trabalho aplicada na indústria seja feminina, os dados / do DNMD (Departamento Nacional de Mão-de Obra) informa que esta proporção é da ordem de 23,8%.

Se focalizarmos o emprego industrial do ângulo da absorção do trabalho feminino e a qualificação de mão-de-obra empregada veremos que do total de mão-de-obra não qualificada, 24,4% / são constituídos por mulheres. Quando se ascende para o nível mé-

dio a proporção de mulheres cai para 15,7% e quando se chega aos trabalhadores de nível superior a proporção feminina é de 4,9%.

No nível do trabalho não qualificado entre as indústrias predominantemente femininas estão a do vestuário e a têxtil. Elas ocupam respectivamente 57,8% e 52,5% de mulheres no total / de trabalhadores não qualificados.

Ao focalizarmos as trabalhadoras de nível médio verificamos que se situam acima da média estadual (de 15,7%) quatro ramos industriais: as indústrias de vestuários, a química e farmacêutica, a têxtil e a construção e reparação de veículos. Todas / as demais têm menos mulheres de nível médio do que a média estadual.

Finalmente, quando consideramos o pessoal empregado de nível superior só surgem mulheres nas indústrias química e farmacêutica, na metalúrgica, na de produtos minerais não metálicos e na de produtos alimentícios.<sup>2</sup>

Apesar de não ser de interesse do trabalho analisar / mais detalhadamente a mão-de-obra feminino, pois esta análise de veria ser minuciosa, e isto implicaria numa tese sobre este assunto. Por isso, encontramos nos dados já citados, uma síntese / do trabalho feminino.

Para um desfecho deste assunto, nada melhor do que citarmos o texto de conclusão sobre a industrialização brasileira / e trabalho feminino de Eva Alterman Blay, no qual conclue que / "O processo brasileiro de industrialização age duplamente no sentido de restringir a participação econômica da mulher.

Primeiro há uma influência que se infere pela comparação regional e que revela que, a medida que o processo de industrialização se instala, torna-se menor a participação econômica da mão-de-obra feminina nas regiões agrárias.

Segundo, nos Estados onde a industrialização se expande há uma limitação geral à admissão do trabalho qualificado feminino. Isto se constata pelo exame dos ramos industriais, entre os quais apenas a indústria farmacêutica e a química constituem / exceção ao admitir com mais largueza a atuação feminina na produ

ção. De resto, as transformações são mínimas, pois, embora a mulher trabalhe nas indústrias dinâmicas, ela o faz, predominantemente, em atividades administrativas (70% são secretárias).

No atual estágio, a industrialização seleciona e restringe a inclusão de mulher no mercado de trabalho. Em alguns ramos/industriais como a mecânica, papel, metalúrgica, ela simplesmente não tem oportunidades. E, por outro lado, são poucas as técnicas ou universitárias qualificadas para trabalhar naqueles ramos. Mas nem mesmo estas conseguem penetrar no setor, condição que /cria uma barreira a que outras mulheres venham a se interessar /pelas especializações requeridas por aquelas indústrias. Forma-se um círculo vicioso de discriminação de desinteresse"<sup>2</sup>.

É um dos maiores problemas é a situação salarial da mulher, pois mesmo a especializada não ultrapassa a média de cinco a dez salários mínimos.

Os dados já citados nos levam a perceber que a maior /procura de mão-de-obra feminina está na faixa não qualificada, cujos salários são baixos.

Podemos comparar a mão-de-obra não qualificada, feminina com a masculina e vemos que trabalhos iguais, desenvolvidos /tanto pela mulher como pelo homem, com mesmo nível de produção, têm suas diferenças em termos salariais, pois para um mesmo serviço a mulher recebe um salário inferior ao do homem. Isto implica num maior emprego da mão-de-obra feminina, que começa a ser relativamente maior à masculina nesta faixa de trabalho não qualificado.

É importante acentuar que quase toda mulher que trabalha fora de casa, em nosso país, continua arcando sozinha com toda a responsabilidade das tarefas domésticas, o que caracteriza/uma dupla jornada de trabalho.

A dupla jornada de trabalho que constitui o cotidiano/ de grande parte das mulheres economicamente ativas, pode ser desdobrada em três tipos de atividades; o trabalho remunerado, o

trabalho doméstico propriamente dito e o cuidado com os filhos. A responsabilidade pelas tarefas domésticas se traduz em horas adicionais de trabalho diário para as mulheres que trabalham fora de casa, como têm revelado vários estudos de orçamento-tempo. No caso daquelas que têm filhos pequenos, o quadro toma-se ainda mais grave.

Nesta parte da exposição propomos examinar o aspecto da dupla jornada de trabalho que se refere ao cuidado com os filhos/menores. Como pode a mulher conciliar essas duas obrigações, sem causar prejuízos à criança ou a si própria?

"São poucos os dados existentes no Brasil sobre a maneira pela qual é individualmente solucionado o problema da guarda / dos filhos durante o período de trabalho fora de casa. Sabemos que variam bastante, conforme a classe social da família e as características de cada região. Nas classes média e alta é comum contar-se com uma ou mais empregadas domésticas que, na ausência da mãe se incumbem dos cuidados com as crianças. Além disso, um número / cada vez maior de instituições particulares de ensino pre-escolar estão à disposição dessas camadas. Em 1974 48% das vagas na pre-escola brasileira eram fornecidas por estabelecimentos particulares.

No entanto, não é nas faixas média e alta da população / que se encontra a maioria das mulheres engajadas na força de trabalho. Aproximadamente 80% delas concentra-se nas classes mais / baixas da população. Grande parte, 1.655.384 mais exatamente, são aquelas mesmas empregadas domésticas que garantem a disponibilidade das mulheres da classe média.

Um estudo realizado pela Secretaria do Trabalho e Administração do Estado de São Paulo, sobre a mão-de-obra feminina empregada nas indústrias da capital em 1970, no qual foram pesquisadas 500 trabalhadoras, entre administrativas, adestradas e braçais, revela que dentre as não solteiras, 72,8% tinham filhos. Destas, 45,4% costumavam deixá-los com parentes, 21,6% sozinhas / e apenas 1% em creches ou instituições equivalentes. A porcentagem das que deixavam crianças pequenas sozinhas era maior no caso das empregadas braçais, 30% justamente a categoria onde se en-

contra o maior número de mulheres com filhos 82,7%<sup>3</sup>.

É importante verificar a quem o poder legislativo através da CLJ, favorece quando se trata do problema da mulher trabalhadora, na proteção à maternidade e na guarda dos filhos. Este será o próximo item do trabalho.

LEGISLAÇÃO — CLT.

A legislação trabalhista instaurada em 1943, através da Consolidação das Leis do Trabalho, define em seu artigo 389 § 1º, "Os estabelecimentos em que trabalhem pelo menos 30 mulheres com/ mais de 16 anos de idade terão local apropriado onde seja permitido as empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos, no período de amamentação". O § 2º determina que essa exigência "poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas diretamente ou mediante convênios com outras entidades publicas ou privadas, pelas próprias empresas em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA ou de entidades sindicais". Assim, a lei define como obrigação das empresas o atendimento às crianças somente durante o período de amamentação .

A pena prevista pela infração desta lei esta no artigo/ 401 e determina que "Será imposta ao empregadora multa de 1/5 do salário mínimo a 2 salários mínimos regionais, aplicada pela Delegacia Regional do Trabalho ou por aquelas que exerçam funções delegadas".

Considerando o caso em que a lei é cumprida, nem sempre as mães têm condições de transportar com segurança o recém-nascido, por longas distâncias, dentro de vagões de suburbios ou ônibus super lotados, fato que se agrava muito mais no caso das empresas que mantêm convênios com creches distantes do local de trabalho.

Vêrificamos que a lei não determina nenhuma obrigação / às empresas no atendimento as crianças apos o período de amamentação. Somente fornece um estímulo, conforme o artigo 399 "O ministro do Trabalho e Previdência Social conferirá diploma de benemerência aos empregadores que distinguirem pela organização e manutenção de creches e de instituições de proteção ao menor em idade pré-escolar, desde que tais serviços se recomendem por sua generosidade e pela eficiência das respectivas instalações".<sup>4</sup>

Contudo, verificamos que estas leis, existentes no capítulo III da CLT, são ineficientes quanto à proteção do trabalho / da mulher e a maternidade, pois numa pesquisa feita pela professo

ra Marly Cardone, em 21 empresas de São Paulo, os chefes de pessoal citaram o evento do casamento ou a gravidez como um dos / principais motivos para a dispensa sumária, evitando dessa maneira a necessidade de instalação de creches.



Pagamos  
impuestos  
Queremos  
creche

Ni

te

## HISTÓRICO DA CRECHE E ATUAÇÃO DA COBES

No período de 1962 a 1963 a Divisão de Serviço Social mantinha, em regime de internato, aproximadamente 100 menores, em obras situadas no município. Essas obras recebiam assistência / técnica da Divisão que por sua vez recebia verbas de outros órgãos como LBA, SAN (Serviço de Assistência do Menor) o Serviço Social de Menores e o Juizado de Menores.

Um novo remanejamento de áreas de atuação entre o Serviço Social Municipal e o Serviço Social de Menores do Estado, fez com que a atuação da Divisão de Serviço Social, no âmbito / municipal atendesse em regime de semi-internato, razão pela qual a Diretoria de Serviço Social inicia um trabalho ligado às creches, enquanto o Estado assume o internato.

Por essa ocasião foram criados 13 convênios com entidades Sociais que mantinham creches.

Em 1967 a SEBES (atual COBES) inaugurou as primeiras / creches municipais, em número de nove, nos bairros de Santo Amaro, Jabaquara, Brooklin, São Miguel, Bela Vista, Freguesia do Q, Vila Formosa, Parque Peruche e Vila Gustavo.

De 1968 a 1969 foram inauguradas mais 7 creches indiretas, assim distribuídas: Vila Leopoldina, Vila Nova Cachoeirinha, Alto de Pinheiros, Penha, Belém, Vila Caricca e Guainazes.

As crianças atendidas pelas creches situavam-se na faixa de 0 a 3 anos, sendo que em 1970 enfatizou-se a implantação de classes de maternal.

Em 1971, de acordo com diretrizes e proposições firmadas pelo PUBE (Plano Urbanístico Básico) defendia-se uma política de expansão mediante a ampliação da matrícula nas creches, ampliação da faixa etária para até 6 anos e 11 meses, instalação / de nova rede municipal de centros infantis, estímulo à iniciativa particular através da realização de novos convênios, reformas para ampliação de instalações, aquisição de equipamentos para as creches municipais já existentes e ampliação de matrículas.

Em 1973 a rede total consistia em 38 creches particulares, 12 creches em administração indireta e 5 em administração direta.<sup>(1)</sup>

"No ano de 1974, com base na nova programação técnica de funcionamento de creches, e a partir da avaliação do antigo equipamento-creche, foi elaborado novo projeto arquitetônico com capacidade de atendimento para 120 crianças, desenvolvido pela SEBES. Foram implantados então 4 unidades deste novo padrão de equipamento em 1975 e 1976"

Em 1976 tínhamos um total de 85 creches das quais 4 diretas, 17 indiretas e 54 particulares.

"Nova avaliação do desempenho físico do equipamento foi realizada, quando procurou-se detectar eventuais entraves no funcionamento da creche, segundo a programação básica estabelecida e o padrão de atendimento proposto. Em consequência, o projeto arquitetônico foi novamente adaptado, ampliando-se a capacidade de atendimento para 150 crianças, obtendo-se para um atendimento na faixa etária de 0 a 6 anos a seguinte distribuição de crianças:

- 40 crianças de berçário (de 0 a 1 ano e 8 meses)
- 110 crianças de maternal (de 1 ano e 8 meses a 6 anos)

Foi implantada uma unidade de Projeto Padrão em 1978, / administrada indiretamente por uma entidade através de Convênio / firmado com COBES.

---

(1) Existem três formas de atuação de COBES através das quais é de do atendimento ao serviço de creches: creche direta - a Prefeitura Municipal de São Paulo constrói o equipamento e o administra, fornecendo recursos humanos, equipamentos, alimentos e manutenção; creche indireta - É construída e equipada pela Prefeitura Municipal de São Paulo e administrada por entidades Sociais, através de convênio com a PMSP; creche particular - O imóvel é de propriedade da entidade que o administra, mantendo convênio ou subvenção com COBES (Coordenadoria do Bem Estar Social).

SEBES. ( Secretaria do Bem Estar Social ).

Este projeto padrão adotado para atender 150 crianças, apresentou por outro lado, algumas dificuldades de implantação / tais como:

- alto custo da construção
- alto custo de operação e manutenção do equipamento
- existência de pequeno numero de entidades com estrutura financeira capaz de gerir e manter este equipamento.

Estas dificuldades, aliadas à dificuldades da liberação de verba para aumentar a rede de atendimento de creches, e também a uma nova diretriz de COBES concentrando-se o atendimento na faixa etária de 0 a 3 anos, conduziram em 1976 a proposição de unidades com menor capacidade de atendimento.

Este equipamento foi denominado mini-creche, com capacidade para atender 60 crianças. Inicialmente foi concebido como uma rede de equipamentos paralizados pelo município, com o intuito de que as entidades da comunidade administrassem as mini-creches, através de convênio com a PMSP (Prefeitura Municipal de / São Paulo).

O projeto mini-creche, por sua metragem inferior à da creche padrão, possibilita um menor investimento a cada implantação e um menor custo de operação para a entidade.

Em 1978 foram implantadas 2 mini-creches que passaram a ser operadas através de convênios com entidades. Este projeto / ainda não foi avaliado por terem um tempo de operação ainda pequeno. (1)

Hoje vemos que decorridos 13 anos de programação junto a criança de 0 a 6 anos a COBES mantém atualmente:

- 3 creches administradas diretamente pela PMSP, com capacidade para atender 460 crianças
- 21 creches indiretas, com capacidade para atender / 2.611 crianças.

---

(1) Tirado do Relatório interno da COBES.

- 78 creches particulares, com capacidade para atender 5.952 crianças.

"As formas de assistência a Entidades, feita pelo COBES"

"É sabido que existem inúmeras dificuldades para a / construção de creches, principalmente no que se refere a recursos financeiros e obtenção de terrenos apropriados para a implantação do equipamento.

Por estes motivos a coordenadoria de Bem Estar Social, do Município, vem empenhando esforços no sentido de dar assessoria técnica à Entidades Benéficas, Sociedades Amigos de de Bairro, Clube de Mães etc, que desejam construir ou adaptar edifícios para funcionamento de creches, ou outros equipamentos sociais.

"Formas de Assessoria desenvolvidas"

- Projeto de adaptação de imóveis já existentes
- Projeto de construção do equipamento
- Projeto de ampliação de imóveis já existentes
- Previsão da capacidade de atendimento do equipamento
- Orientação na escolha de terrenos e imóveis.

Convém ressaltar que em todas as formas de assessoria / acima citadas, a coordenadoria de Bem Estar Social, além de fornecer as plantas e memorial descritivo, acompanha o andamento das obras, quando é feita solicitação.

"Formas alternativas para a implantação de creches"

a) Aluguel de Imóvel:

Esta proposta de implantação de creches teve como base a ideia de atingir a clientela de zonas deterioradas da cidade, onde seriam alocados e adaptados imóveis, pela dificuldade de serem encontradas áreas livres.

b) Subvenção a Entidades:

Neste caso, a COBES forneceria o projeto e a Entidade arcaria / com a construção do equipamento, através de uma subvenção dada pe

1ª PMSP.

c) Assessoria a Entidades:

Ficaria a cargo de COBES fornecer o projeto arquitetônico, e a Entidade construiria o equipamento com recursos próprios, podendo a execução da obra ser ou não supervisionada pela Coordenadoria de Bem Estar Social.

d) Fornecimento de material à Entidades:

Constitui-se na doação de material pela COBES para as Entidades e estas arcariam com a mão-de-obra para construir o equipamento.

e) Mutirão:

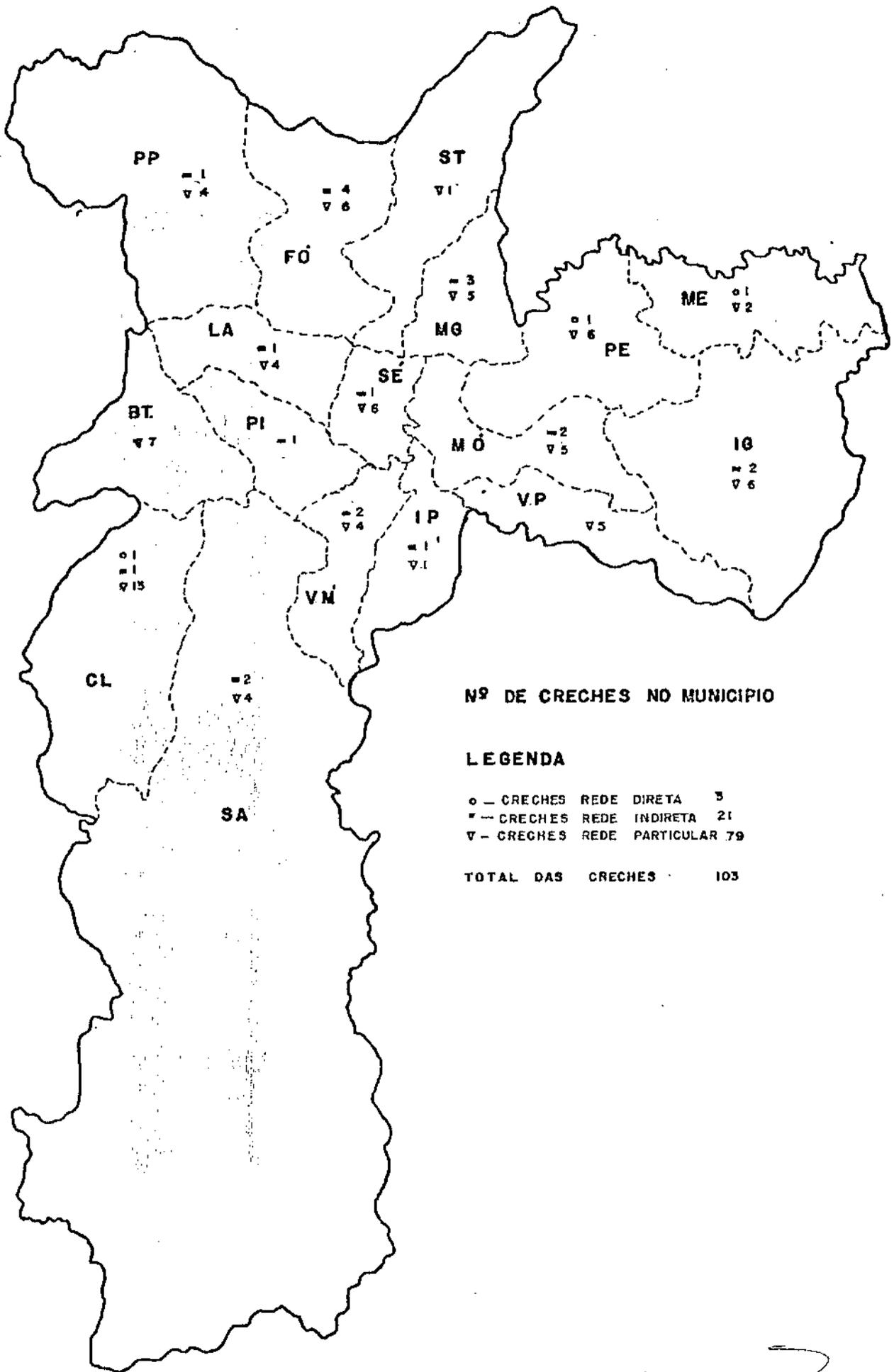
O material para a construção do equipamento seria doado pela COBES, e a Entidade ou Comunidade garantiria a mão-de-obra, através de mutirão seguindo orientação da COBES.<sup>(1)</sup>

Podemos perceber através das formas alternativas para a implantação de creche, da COBES, que a sua política esta ligada / para a formação de creches indiretas e particulares, tentando assim não assumir, de todo, o problema da creche, pois não assume a creche direta, que é uma responsabilidade da prefeitura.

---

(1) Tirado de Relatório interno da COBES.

SITUAÇÃO DA CRECHE HOJE



**Nº DE CRECHES NO MUNICIPIO**

**LEGENDA**

- - CRECHES REDE DIRETA 3
- - CRECHES REDE INDIRETA 21
- ▽ - CRECHES REDE PARTICULAR 79

**TOTAL DAS CRECHES 103**

*data*

Hoje temos no município de São Paulo 103 creches que oferecem vagas para aproximadamente 9,103 crianças na idade de 0 a 6 anos.

Comparando estes dados vemos o quanto é grave o problema da creche no município de São Paulo (sem relatar o problema mais geral em nível de Brasil), pois na faixa de criança de 0 a 6 anos, existentes em São Paulo é de 1.488.424 e destas crianças 980.276 / são filhos de mães que trabalham e recebem baixos salários. Isto quer dizer que para cada 100 crianças, filhos de família de baixa renda, que procuram vagas em creches apenas 1 consegue se matricular. (1)

Podemos constatar que o grande número de indústrias que empregam a mão-de-obra feminina não obedecem ao artigo 389 da CLT, que obriga as empresas onde trabalham 30 mulheres ou mais, com idade superior a 16 anos, a manutenção de um local para a guarda e assistência sob vigilância, dos filhos das trabalhadoras, no período de amamentação. Este fato ocorre por falta de fiscalização e / por haver uma multa de valor irrisório de 1/5 do salário mínimo pela infração da lei. Isto faz com que o pagamento desta multa seja muito mais econômico que a construção e manutenção de uma creche.

Numa entrevista feita com um funcionário da Delegacia Regional do Trabalho, este declara que a delegacia não dispõe de nenhuma informação sobre o número de empresas no Estado que mantem / creches ou convênios.

No entanto, mesmo que fosse possível assegurar o cumprimento da lei pelas empresas, o problema não estaria resolvido. Pois grande parte das mulheres que trabalham estariam excluídas desse / benefício, como é o caso das empregadas domésticas, das trabalhadoras autônomas e trabalhadoras rurais.

O que é a creche hoje e quem se responsabiliza por ela.

A instituição creche não está bem definida nas estatísticas

C

(1) Dados fornecidos pela Fundação Carlos Chagas.

cas e cadastros oficiais, onde se confunde com escolinhas maternais funcionando em meio período, berçários de hospitais, asilos e abrigo de menores delinquentes. Inumeros órgãos do governo as incluem em suas que isoladamente delas se ocupam.

Quem é responsável pela creche no Brasil ?

A lista é longa: Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social, atual COBES, Legião Brasileira de Assistência, Serviço Social da Indústria, Serviço Social do Comércio, Entidades Sindicais, Fundação Nacional e Fundações Estaduais para o Bem Estar do Menor; além das inúmeras instituições filantrópicas particulares que lutam com dificuldades/crescentes para sobreviver.

Varias dessas entidades têm se preocupado, ultimamente, em implantar projetos de instalação de creches, mais de acordo / com a realidade de nosso país, evitando exageros como os de uma recentemente inaugurada em São Paulo, que contava com ar condicionado, carpetes e nenhuma janela.

A Coordenadoria do Bem Estar Social e hoje, na cidade/ de São Paulo, o organismo publico responsável pela rede de creches, do ponto de vista da assessoria técnica para a construção, implantação e manutenção e da sustentação financeira, através de varias modalidades de convênios.

O Grupo de Trabalho Interdisciplinar criado em 1971 desenvolveu um programa de implantação de creches infantis, que estabelece as diretrizes mínimas de funcionamento deste equipamento.

De 1972 para cá, o Poder Público vem se esquivando de sua proposta inicial, diluindo sua responsabilidade com relação/ a este programa de atendimento.

Uma avaliação realizada nas creches municipais em 1972/73 concluía que o programa de ampliação da rede devia incentivar a construção de creches diretas, unica modalidade que garantia o atendimento que era considerado como mínimo e adequado. Verificava que as outras modalidades (creches indiretas e particu

lares) apresentavam uma qualidade de atendimento muito inferior.

Contraditoriamente, a COBES adota hoje, uma politica de incentivo à ampliação da rede de creches indiretas e particulares, o que resulta na queda da qualidade de atendimento deste tipo de equipamento.

Perante o levantamento dos fatos sobre creche, vemos que a população não se cala diante da atual situação e sim, se organiza e reivindica um maior número delas e com melhores equipamentos.

Este fato pode ser confirmado por documento interno da COBES que determina a quantidade de creches solicitadas por Zonas de AR (quadro abaixo), no período de junho de 1978 a julho de 1979.

ZONA	QUANTIDADE SOLICITADA	AR
NI	18	ST
		FO
S	12	SA
		CL
		VM
L	3	IG
		PE
O	2	PP
		BT
SE	9	MP
		VP
		IP
		SE
TOTAL	44	

Obs:- Estas solicitações foram registradas pela Equipe de Projeto e Equipamentos.

Os pedidos foram feitos por Entidades, Deputados, Vereadores, Sociedades Amigos de Bairros, Comunidades etc.

No proximo item daremos enfoque ao movimento reivindicatô

rio de luta por creche, um dos fatores principais do trabalho, pois é através destes movimentos que a população se organiza para lutar por um espaço mais democrático nesta sociedade, onde ela possa lutar e conquistar os seus direitos.

# MOVIMENTO DE LUTA POR CRECHES

Os movimentos sociais são originados nas contradições urbanas. Por este motivo acreditamos ser fundamental questionar mos primeiramente este problema, para depois relatarmos mais es pecificamente o Movimento de Luta por Creche e sua interferência no planejamento urbano.

Vejamos como ocorreu no Brasil a expressão das contra dições urbanas. Como se viu, o desenvolvimento do capitalismo / gerou um tipo particular de sociedade urbana, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, baseada na super concentração de atividades produtivas, bem como nas que implicam na reprodução/ destas atividades.

Nos grandes centros, onde se concentrou os aglomera - dos humanos, que são parte integrante da força de trabalho, ne- cessária para o seu desenvolvimento, também se concentraram os demais fatores indispensáveis para a sua ampliação: um mercado/ altamente concentrado de capitais e um amplo mercado consumidor.

A concentração desta enorme massa de população, nos / grandes centros gerou um fenômeno de urbanização por expansão / de periferias. (1)

A formação das áreas metropolitanas foi acompanhada / do surgimento de uma série de contradições sociais e políticas/ específicas, vindas da industrialização e do aprofundamento da divisão social do trabalho, que provocou novas necessidades so ciais e urbanas para a sobrevivência da população, aumentando, / assim, a demanda por serviços de infra-estrutura (água, esgoto, asfaltamento de ruas, iluminação privada e pública etc.), por / um sistema de transporte coletivo mais rápido e eficiente, por um sistema educacional em todos os níveis, pois a modernização/

---

(1) Além do fenômeno urbano periférico é importante ressaltar / que a industrialização vai redefinir o urbano, exatamente / porque ele vai ser a sede não só do aparelho burocrático do Estado quanto do capital comercial, mas ele vai ser sede do novo aparelho produtivo que é a indústria.

econômica impôs expectativas novas à mão-de-obra qualificada e especializada<sup>5</sup> (que também não será absorvidas pois a grande indústria de ensino cria mais e mais mão-de-obra super qualificada que excedem a capacidade de absorção dos grandes centros).

É importante ressaltar a necessidade de ampliar e melhorar o atendimento nos serviços de saúde (pronto socorros, postos/ de saúde, maternidades, hospitais etc.) como também os equipamentos sociais e culturais (creches, parques infantis, bibliotecas, centros de recreação, locais de esporte, áreas verdes etc.).

Vemos que todo o sistema de vida das grandes metrópoles giram em torno da concentração do capital para a burguesia. Hoje/ o Estado está incumbido de solucionar os problemas de infra-estrutura citados anteriormente, para atender as condições de vida da população.

Percebemos aí uma contradição, pois este Estado que deveria dar solução a estes problemas é parte integrante da classe/ que detém o capital e que impõe as necessidades de consumo. Isto/ faz com que uma cidade como São Paulo seja planejada totalmente / em função dos automóveis, fato em oposição com a grande parte da população de renda baixa, que tem necessidade de transportes mais baratos e eficientes (transporte coletivo); este é um exemplo da atuação do Estado e a quem ele atende.

Perante os vários fatos que relatam as contradições do meio urbano e que geram a necessidade de estruturação dos movimentos sociais, temos como foco de estudo o Movimento de Luta por Creche.

O Movimento de Luta por Creche surgiu há alguns anos e era assumido por Sociedades Amigas de Bairro, Clubes de Mães, ou grupo de moradores que se organizavam e reivindicavam perante a Prefeitura, COBES e SURS (Supervisão Regional de Serviço Social).

Este movimento tinha uma atuação dispersa como podemos ver num Boletim Informativo sobre creches do Parque Bristol e Jd. Saveiro, do começo de 1979, que relata a luta e as dificuldades/ enfrentadas pela população na conquista de suas reivindicações / por creche.

"No mês passado, a Prefeitura fez uma proposta para a gente: nós teríamos que encontrar uma casa grande com bastante/ cômodos e um quintal também grande e ela alugaria para que nós começássemos a nossa creche. A Prefeitura disse que o aluguel / poderia ser de até 50 mil cruzeiros. Ela também disse que daria mil cruzeiros por criança para ajudar na alimentação. O resto , isto é, -direção, pessoas para cuidar das crianças etc., era / com a gente.

Fizemos uma proposta diferente: que ela nos desse um dos terrenos que ela tem aqui no bairro mais os 50 mil cruzei - ros e o pessoal construiria, em mutirão a nossa creche. Seria / uma construção especial para uma creche e não um quebra galho. Esse Nossa proposta foi recusada.

Saimos a procura de tal casa, apesar de sabermos que a Prefeitura não atenderia as necessidades do nosso bairro.

Achamos quatro casas e, apesar da assistente social da Prefeitura ter gostado de uma delas que fica na Rua Jurema, foram todas recusadas por engenheiros com a alegação de que eram pequenas e que não tinham quintal grande para as crianças brincarem.

A assistente social nos deu a resposta por telefone e disse que a verba foi dada para outro bairro.

O que isso pode mostrar para a gente?

A Prefeitura não está interessada em creches para a periferia. Ela só atende bem os bairros ricos.

Outra lição: temos que nos organizar melhor para exigir aquilo que temos direito. O nosso grupo ainda é bastante pequeno. Para ganhar a luta temos que trabalhar todos juntos.

Apesar da negativa da Prefeitura nós não vamos ficar/ parados. Não vamos desanimar por isso.

- A creche não é esmola! É um direito!"

No Primeiro Congresso da Mulher Paulista, realizado/ em março deste ano, foi exposta em plenário a situação das creches em São Paulo.

O Movimento de Luta por Creche surgiu logo após o Con

gresso, como resultado de uma das resoluções aprovadas durante o mesmo.

Para melhor compreensão do movimento é importante relatar suas etapas de evolução.

Nas primeiras reuniões, cada entidade apresentou um balanço da situação existente na área.

"Foi possível constatar, de imediato, que:

- existiam vários estágios de organização e objetivos de luta
- . bairros em que os moradores começam a se mobilizar em torno da necessidade da Creche.
- . bairros em que os moradores já estão em fase de implantação / de uma creche, como resultado de movimento reivindicativo
- . bairros que já possuem uma creche comunitária que porém não atende as necessidades locais e não tem como sustentar financeiramente
- . bairros em que os pais estão lutando para participar na orientação e direção das creches
- . associações de classe que estão lutando por creches no local / de trabalho (divulgação e cumprimento da CLT) etc."

Através da amplitude da área abrangida pelo movimento, foi importante para o encaminhamento do mesmo, que este se estruturasse através de 4 setores da cidade (Norte, Sul, Leste e Oeste).

Em sequência mostraremos um balanço feito pelos representantes de cada setor.

"setor sul: parece ser o mais bem estruturado pois agrega os / "clubes de mães" de vários bairros (implantados na / maior parte dos casos, há mais de 10 anos) e que já desenvolviam ao longo deste tempo, lutas isoladas em torno da questão das creches, tendo sido inclusive / uma das primeiras organizações a desenvolver as chamadas "creches comunitárias". Na última Assembléia / realizada no setor, compareceram cerca de 400 mulheres.

setor leste: embora a Associação das Donas de Casa conte com cerca de 400 associadas basicamente nesta área, e também sejam hoje responsáveis por algumas "creches comunitárias" (resultado é óbvio de movimentos organizados em torno da questão das Creches) parece que "a luta pelas creches" ainda não foi assumida pelos núcleos da organização. Não sabemos o motivo. Mesmo assim a Presidente da entidade, tem participado ativamente das reuniões e decisões do Movimento. Representa também a Zona Leste, um grupo de profissionais que atuam nas Creches da área, que estão mobilizando os demais responsáveis pelas Creches deste setor e pais das crianças matriculadas, na luta por um apoio mais efetivo do Governo às Creches existentes.

setor oeste: congrega Bairros de Osasco, Pirajussara, Taboão etc.  
setor norte: começa a se implantar no Bairro do Piqueri e Vila Aurora.

Obs.: o movimento contou com a participação de mais de 30 bairros. No setor oeste e norte, está em fase inicial de implantação. No setor leste e sul, já se encontra em fase mais avançada de mobilização e organização."

Hoje o Movimento de Luta por Creche sai às ruas, e é importante porque a população se conscientiza e se organiza para discutir suas necessidades.

Dia 7 de outubro às 15 horas deu-se a oficialização do Movimento, a toda população, por intermédio de uma Manifestação no Pátio do Colégio São Bento. A população presente reivindicava e hasteava suas bandeiras de luta por mais creches.

Dia 10 de outubro o Movimento de Luta por Creche, setor Sul reuniu moradores, mães e filhos de 30 bairros da zona sul, inseridas no Movimento e foram até a Prefeitura reivindicar creches gratuitas, mantidas e equipadas pela Prefeitura, com a participação dos pais na administração e orientação pedagógica. O Prefeito só recebeu uma comissão representativa de cada bairro e durante o diálogo mantido prometeu construir 830 creches diretas em São Pau

lo, com a participação dos pais e da comunidade na orientação pedagógica.

No entanto essas creches só serão construídas quando o BNH liberar a verba solicitada, segundo as próprias palavras do / Prefeito.

A seguir transcrevemos um depoimento dos moradores da / zona sul, que participaram da ida à Prefeitura, no dia 10 de outubro, no qual verificamos qual a política levada pela Prefeitura:

"No entanto essas creches só serão construídas quando o BNH liberar a verba solicitada, segundo as próprias palavras do / Prefeito. Isto quer dizer que não podemos ter certeza de que creches serão construídas e também não existe nenhum prazo para iniciar a construção.

Nós já ouvimos muitas promessas. Em 1977, houve a promessa da construção de 600 creches até o final de 1979. Estamos no / fim do ano de 1979 e as creches não foram construídas e não nos deram nem satisfações. O Prefeito, Sr. Reinaldo de Barros disse que / não pode responder pela promessa dos outros e que ele está há 3 meses na Prefeitura. O direito de escolher nossos governantes nos foi roubado pelo governo militar. Então quem deverá responder pelas promessas das autoridades?

Ora essa, acreditamos que quem deve responder são as próprias autoridades. Tanto o Prefeito anterior, Sr. Olavo Setubal, como o atual, fazem parte do mesmo governo que os nomeou prefeito.

Portanto, não podemos acreditar em promessas apenas. Queremos e temos o direito de saber se as creches vão ser mesmo construídas, quando e onde serão localizadas.

O prefeito disse, durante o nosso encontro, que se não conseguisse verbas para as creches ele se demitia do cargo.

Ele pode se dar ao luxo de largar a Prefeitura. Nos mães e pais de nossos filhos não podemos abandoná-los, nem muito menos largar o emprego. Por isso, nós somos os maiores interessados na construção urgente de creches..."

No dia 12 de outubro os moradores da Zona Sul e também os da Zona Leste foram à Prefeitura para obter resposta sobre / as creches prometidas. O prefeito Reinaldo de Barros argumentou que o BNH não deu empréstimo para São Paulo e que, das 130 creches prometidas para a Zona Sul, só serão construídas 26 com verba da Prefeitura, em 1980.

Os moradores da Zona Sul estão realmente organizados, pois dos 30 bairros presentes no dia 10 de outubro, 26 entregaram ao prefeito, ofícios com estimativas de número de criança / em idade de 0 a 6 anos, e propostas de áreas para instalação / de creches.

Um fato importante que constatamos é que as promessas feitas pelo prefeito, de construção de creches diretas, vêm contradizer a metodologia de trabalho da COBES, que é incentivar / as creches indiretas e principalmente as particulares, excluindo a responsabilidade dos órgãos públicos de assumirem a coordenação e manutenção de creches diretas.

É importante verificar que o movimento, ao reivindicar creches diretas, conseguiu pressionar a Prefeitura, e informações internas, semi-oficiais da COBES confirmam este fato. / Nas últimas semanas de outubro a COBES reúne seus profissionais diariamente e começa a fazer um levantamento e planejamento para as novas creches diretas, reestruturando assim a sua antiga / metodologia.

Acreditamos que quanto maior e organizado o Movimento, os espaços conquistados com relação à creche influenciarão para uma nova política no planejamento de creche pela Prefeitura.

O desenvolvimento dos movimentos sociais nos grandes / centros, decorrentes das contradições urbanas, introduz uma nova visão social onde a população organizada se conscientiza dos problemas e das causas, começando a ter um esclarecimento dos / fatores que influenciam na atual política urbana, e tenta conquistar um espaço democrático de interferência no urbano.

Consideramos estes movimentos de real importância. A população deve ter um papel importante no planejamento, credi-

tamos que somente com a participação da população nas decisões urbanas, poderemos chegar a uma reorganização dos espaços, tornando a vida nos grandes centros mais suportável.



ÁREA DE ESTUDO — CAMPO LIMPO

Nesta etapa do trabalho teremos como foco de estudo o / bairro de Campo Limpo, que tem um valor importante na estruturação do Movimento reivindicatório de Luta por Creches, pois faz / parte do setor mais organizado do Movimento (setor Sul).

Este fato foi de real importância para a escolha desta área, na qual analisaremos a necessidade, a situação de cada creche e o grau de organização da população.

O bairro de Campo Limpo fica ao lado de Santo Amaro e faz divisa com Taboão da Serra. Sua população é na maioria operários, que moram em loteamentos clandestinos e favelas. O bairro / é carente de infra-estrutura, e equipamentos públicos, fatos estes que geram contradições numa cidade tão cheia de contrastes / como São Paulo.

Um dos primeiros movimentos socialistas da Zona Sul foi a / formação da Sociedade de Amigos de Bairro <sup>(1)</sup>, esta contribuindo / para a formação do Movimento específico de Luta por Creches.

Nos levantamentos e pesquisas feitos para o estudo da situação das creches, constatamos que a SAB mantém, em convênio / com a COBES, várias creches construídas através de mutirões organizados pela sociedade.

Relataremos a seguir um histórico feito pela Sociedade Amigos do Parque Figueira Grande sobre a Luta por Creches; entregue ao Prefeito no dia 10 de outubro de 1979.

"Nos moradores do Bairro de Parque da Figueira Grande, localizado à Estrada do M'Boi Mirim, à altura do nº 1.600, estamos lutando, desde 1973, para conseguir a construção de creches / diretas (equipadas e mantidas pela Prefeitura) para atender crianças de 0 a 6 anos.

Começamos a levantar o número de crianças, em idade de creches, em 15 bairros vizinhos, através de uma pesquisa feita /

---

(1) A Sociedade de Amigos de Bairro (SAB) se concentra em torno / de obtenção de melhorias urbanas básicas; sistema de abastecimento de água, rede de esgotos, iluminação pública, extensão das linhas de ônibus, asfaltamento de rua, escola, posto de saúde, creches, hospitais e moradias.

pelos próprios moradores. Constatamos, então, que devido aos /  
baixos salários dos trabalhadores, aumenta a necessidade das mu-  
lheres trabalharem fora. E não têm onde deixar os filhos. E é /  
triste a realidade em que vivem essas crianças, correndo sérios  
riscos de acidentes, como queimaduras, envenenamentos, brigas, /  
etc. Ficam abandonadas nas ruas, sem orientação de pai ou da mãe,  
sujeitas a se tornarem marginais.

A partir disso, fizemos um documento junto com esses /  
bairros e que foi encaminhado às autoridades competentes.

Na ocasião, D. Evaristo Arns, cardeal arcebispo de São  
Paulo, sensibilizando com essa realidade, procurou intervir jun-  
to às autoridades, reforçamos o nosso pedido de creche.

Muitas foram nossas idas a antiga Secretaria do Bem Es-  
tar Social, atualmente COBES (Coordenadoria do Bem Estar Social)  
para exigir resposta para os nossos pedidos. Da última vez que /  
fomos aquela secretaria, éramos uma comissão de representantes /  
de vários bairros, que contavam com aproximadamente 90 mães. Mar-  
camos com antecedência, a entrevista com Dr. Luís Felipe, na épo-  
ca Coordenador do Bem Estar Social. No entanto, quando chegamos/  
lá, ele não estava. Esperamos por ele durante umas 3 horas. Quan-  
do já estávamos desistindo, ele chegou. Procuramos conversar com  
ele, mesmo fora de seu gabinete. Ele declarou que o governo não  
estava interessado em contruir creches diretas, pois não davam /  
lucro.

Mesmo assim cada bairro continuou na luta de exigir a  
construção de creches.

No mes de abril de 1977, mais de 15 abaixo-assinados ,  
que reivindicavam a construção de creches nas áreas de Interla-  
gos, Cupecê e da Vila Mariana, foram entregues a Prefeitura. Foi  
grande a repercussão dessa reivindicação, e o Coordenador do /  
Bem Estar Social prometeu que as creches seriam construídas em  
1979.

Antes disso, havia saído noticia nos jornais prometendo  
do verba para a construção de 600 creches na cidade de São Paulo.

Hoje, quando estamos no final de 1979, a situação do nosso bairro e dos bairros vizinhos, pouco mudou.

Tentamos de alguma forma, diminuir um pouco o sofrimento das crianças e mães que trabalham fora. A Sociedade e o Clube de Mães fizeram um convênio com a Prefeitura para atender 70 crianças do bairro de 3 a 6 anos de idade, em local construído e mantido com muito sacrifício, pelos próprios moradores do bairro, através de mutirões em fins de semana.

No entanto, essa forma não está resolvendo o problema das crianças cujas mães precisam trabalhar fora. Tanto a verba da Prefeitura como a própria instalação do prédio onde funciona a creche, não permite o atendimento de crianças menores de 3 / anos, pois não oferecem condições para manter berçário e pessoal especializado.

Além do mais é grande o número de crianças que aguardam vaga na creche.

Portanto, mais uma vez, insistimos na construção de creches diretas, em cada bairro, para as crianças de 0 a 6 anos. Idade essa em que as crianças são esquecidas pela legislação e autoridades brasileiras.

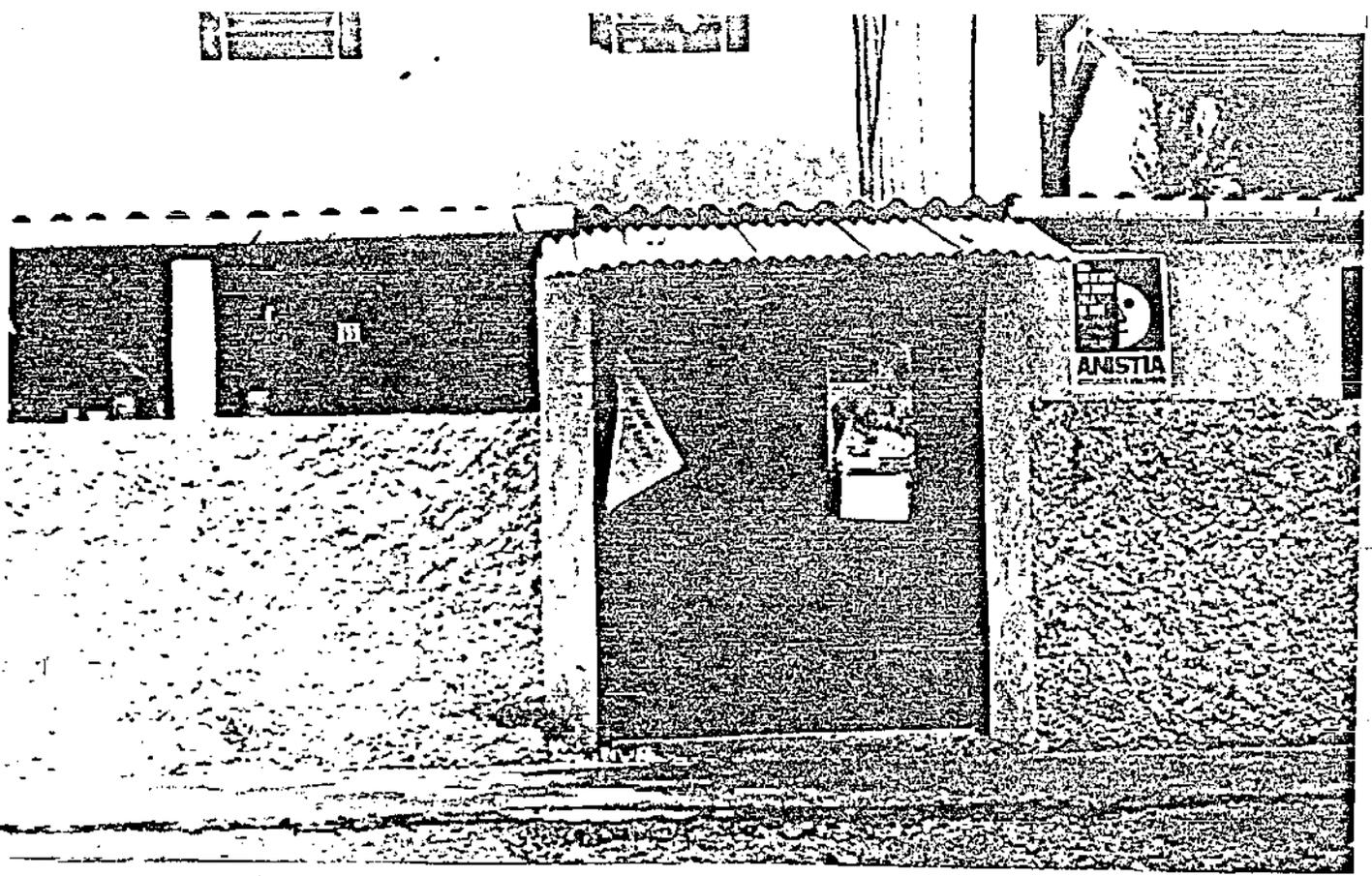
Toda documentação necessária, juntamente com os abaixo-assinados dos moradores já foram encaminhados a antiga Secretaria do Bem Estar Social.

Aguardando ainda neste ano de 1979 alguma solução para tão grave problema.

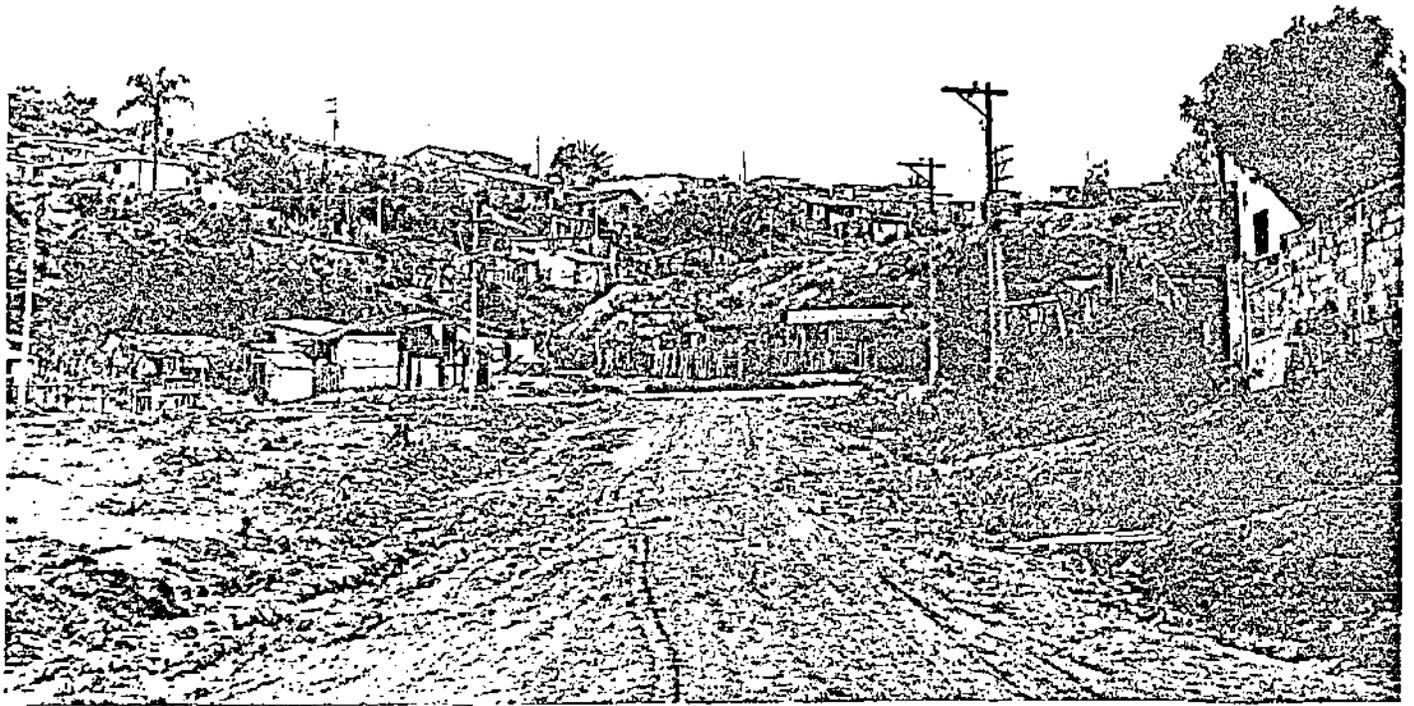
Não desistiremos desta luta enquanto não formos atendidos".

Este documento nos dá uma visão da situação dos moradores do bairro.

Situação da Creches em Campo Limpo.



CRECHE RECANTO INFANTIL FIGUEIRA GRANDE  
R. GASPAR DO REGO FIGUEIREDO 555



R. GASPAR DO REGO FIGUEIREDO  
PARQUE FIGUEIRA GRANDE

TABELA I CRECHES - CAMPO LIMPO

Tipo	Nome da Creche	Endereço	Capacidade	Atendimento	Faixa Etária	Mantenedora	Área Terreno	Área Construída	Nº Compartimento
D	C. Nathalia Pedroso Rosenberg	R. Aroldo de Azevedo 50	150	150	0-6 anos 11 meses	Prefeitura	-	300 m2	14
I	Centro Infantil Monte Azul	Pr. Cinco s/nº	135	135	0-6 anos 11 meses	As. Evangelica Beneficiente	250 m2	175 m2	11
P	C. Nossa Senhora das Graças	Chacara dos padres Jd. Vaz de Lima	60	70	2-6 anos	Mov. Comunitário da V. Pera	320 m2	-	9
P	C. S. Francisco de Assis	R. Cinco 126 Jd. S. Francisco	35	45	3-6 anos	SAB S. Francisco de Assis	680 m2	95 m2	6
P	C. Recanto Infantil Figueira Grande	R. Gaspar do Rego Figueiredo	60	30-42	3-6 anos	SAB Pq. F.G.	300 m2	95 m2	6
P	C. Esfôrço Unido Jd. Klen	R. Seis 556	30	15-15	3-5 anos	SAB Jd. Klen	500 m2	40 m2	3
P	C. Todos Unidos	R. Seis 130 Jd. Imbé Capão R.	60	65	3-6 anos	Centro Social José Operário	-	60 m2	5
P	C. Mãezinha	R. Paulino Vital de Moraes 602	80	81	0-6 anos	As. Paulista da Ig. Adventista	240 m2	200 m2	10
P	C. A. Nossa Casa da Criança	R. Teodosio de Saavedra 9	90	101	1-6 anos	SAB Pq. Figueira Grande	1000 m2	370 m2	10

## CONTINUAÇÃO

## TABELA I CRECHES - CAMPO LIMPO

Tipo	Nome da Creche	Endereço	Capacidade	Atendi- mento	Faixa Etaria	Mantenedora	Área Terreno	Área Construída	Nº Con- partimento
P	Creche Unidade Pré- Esc. do Jd. Capela	R. Quatro s/nº	30	27-54	3-6 anos	Páróquia Jesus Bom Pastor	1800 m2	221 m2	6
P	Creche Paroquial da Comunidade Maria Sampaio	R. Washington Pires 50	40	40	2-5 anos	Comunidade	250 m2	-	3
P	Creche Recreação Infantil Jd. Vergue- iro	R. João da Veiga nº17	60	30-35	4-6 anos	Comunidade Paro- quial Jd. Maria Sampaio	312 m2	72 m2	3
P	Creche da Touca	R. Jorge Soares Macedo 5	40	40	3-6 anos	Turma da Touca Associação Cultu- ral Recreativa	-	-	-
P	Creche Centro Social Morro Velho	R. Pinto Serpa 27 Jd. Tabão	60	60	3-6 anos	Associação Femini- na de Estudos Universitário	-	-	-
P	Creche Monte Azul	Av. Tomás de Souza	135	142	0-6 anos 11 meses	Associação Evan- gélica Beneficien- te	250 m2	180	11

D - Creche direta.

I - " indireta

P - " particular

## CONTINUAÇÃO

## TABELA I CHEGHES - CAMPO LIMPO

Nome da Creche	Tipo de Abastecimento- água	Esgoto	Horario	Demanda Anual
C. Nathalia Pedrosa, Rosemberg	Poço com bomba	Rede de Esgoto	6,30-18,00 h.	480 crianças
Centro Infantil Monte Azul	água encanada	Rede de Esgoto	6,30-18,30 h.	100 crianças
Creche Nossa Senhora das Graças	Poço com bomba	Fossa Negra	7,00-18,00 h.	50 crianças
Creche São Francisco de Assis	Poço	Fossa Septica	8,00-11,00 h.	300 crianças
Creche Recanto Inf. Comunitario			8,00-12,00 h.	
Figueira Grande	Poço com Bomba	Vala	13,00-17,00 h.	100 crianças
Creche Esforço Unido do Jd. Klen	Encanada	Corrego	8,00-12,00 h.	
			13,00-17,00 h.	240 crianças
Creche Todos Unidos	Poço com Bomba	Fossa Séptica	7,00-18,00 h.	240 crianças
Creche Maezinha	Água Encanada	Rede de Esgoto	6,30-18,00 h.	480 crianças
Creche A Nossa Casa da Criança	Água Encanada	Rede de Esgoto	7,00-18,30 h.	350 crianças
Creche Unidade Pré-Esc. Jd. Capela	Poço com bomba	Fossa Negra	7,00-12,00 h.	
			13,00-18,00 h.	100 crianças
Creche Paroquial da Comunidade				
Maria Sampaio	Poço com bomba	Fossa Negra	6,30-18,00 h.	180 criança
Creche Recreação Infantil Jd.				
Vergueira	Poço com bomba	Esgoto Particular	7,45-10,45 h.	
			11,00-14,00 h.	-
Creche da Touca	-	-	-	-
Creche Centro Social Morro Velho	-	-	-	-
Creche Monte Azul	Água Encanada	Rede de Esgoto	6,30-18,30 h.	100 crianças

Fontes: Pesquisa de campo

CORES

Centro da Mulher Brasileira

Analisando os dados...

Diante de uma visão analítica dos dados da Tabela I podemos perceber que todas as creches têm um atendimento maior do que a sua capacidade, este fato é decorrente da grande solicitação, feita pela população, por maior número de vagas.

Verificamos na pesquisa que nenhuma creche tem convênio com Indústrias, somente o Centro Infantil Monte Azul mantém convênio com as seguintes Indústrias: Tintas Coral, Moinho Santista, Tecelagem Tatuapé e a C. de Seguros Vera Cruz. A reserva/fetia para estas indústrias perfazem um total de 10 vagas, podendo este número ser alterado conforme a demanda.

Isto demonstra que apesar de Campo Limpo ser constituído por elevado número de operários, muitos deles mulheres, poucas indústrias mantêm convênio com creches, pois para os industriais é mais econômico pagar a multa imposta pela CLT do que manter convênio ou administrar uma creche para os filhos das trabalhadoras.

Ao compararmos os dados de abastecimento de água e esgoto, vemos que 83% das creches citadas têm seu abastecimento de água feito por poços com bombas e somente 17% tem água encanada. Com relação ao esgoto, 44% têm rede de esgotos, 40% possuem fossa e em 16% o esgoto é jogado em vala ou córrego.

A seguir na Tabela II, teremos o número de crianças de 0 a 6 anos com estimativas para 1981.

Comparando as duas Tabelas vemos o quanto é deficiente o atendimento para crianças de 0 a 3 anos, pois temos 30.242 crianças e, aproximadamente 160 são matriculadas em creches. O número total de crianças de 0 a 6 anos é de 72.530, destas somente 1.167 são devidamente matriculadas.

Estes dados comprovam a real necessidade e a insuficiência das creches existentes em Campo Limpo.

TABELA. II

GRUPO	1979	1980	1981
<u>ETÁRIO</u>			
.	10.454	11.082	11.723
1	9.297	9.855	10.425
2	10.491	11.120	11.764
3	10.653	11.197	11.845
4	10.744	11.389	12.048
5	10.744	11.389	12.048
6	10.237	10.852	11.480
<u>TOTAL</u>	<u>72.530</u>	<u>76.884</u>	<u>81.333</u>

6

Se analisarmos as creches levando em conta a edificação, veremos que apenas as creches diretas, que são mantidas totalmente com verbas da prefeitura têm condições de dar um atendimento bom à população.

As creches mantidas pela Sociedade ou entidades filantrópicas não dão atendimento necessário, por falta de verbas.

Mas é importante citar que as creches mantidas pela SAB ou pela Comunidade, têm grande potencial humano, onde os trabalhos são desenvolvidos comunitariamente e por voluntários que tentam desenvolver uma nova metodologia de ensino baseado nas condições e necessidades desta população.

O desenvolvimento e a organização da população, nos movimentos reivindicatórios, trarão através de sua evolução e atuação, uma interferência no urbano, e isto se verifica no momento esta população analisa e propõe áreas de implantação para novas creches.

Nesta etapa final, mostraremos um estudo de planejamento de novas áreas para creches, feito conjuntamente com a população.

## CONCLUSÃO

Vimos no decorrer deste trabalho, os fatores que contribuíram para a formação dos Movimentos reivindicatórios. Sabemos / que a população é a mais interessada em dar soluções as contradições urbanas, por isso achamos de suma importância a atuação do / Arquiteto no sentido de um trabalho conjunto com a população para um planejamento que atenda melhor as suas necessidades.

Ao propormos um estudo de área de implantação de novas / creches, feito conjuntamente com os moradores de vários loteamentos, mostramos uma etapa deste trabalho que acreditamos seja conquistada na prática, que é a participação do profissional ao lado da população.

É importante conquistar um espaço para um desenvolvimento conjunto entre teoria e prática.

## BIBLIOGRAFIA.

- 1- História Sincera da República de 1889 a 1930  
Vol. 2 - Leôncio Basbaum Ed. ALFA - OMEGA
- 2- Trabalho Domésticos: A Mulher Na Indústria Paulista  
Eva Alterman Blay Coleção Ensaios nº35  
Ed. Atica 1978
- 3- Apostila - "As Creches No Brasil"  
Depoimento Apresentado, em 28/04/77 a Comissão  
Parlamentar Mista de inquerito sobre a Situação  
da Mulher por -- Maria Machado Malta Campos  
Pesquisadora da Fundação Carlos Chaga, S.Paulo
- 4- Consolidação das Leis do trabalho e Legislação  
Complementar. São Paulo Atlas, 1977 44ª ed.
- 5- Apostila " O Estado e o Urbano no Brasil "  
Francisco de Oliveira  
Fundação do Desenvolvimento Administrativo
- 6- Dados Fornecidos - CCGEP.  
outros livros consultados...  
-- São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza  
Editora Loyola  
- A Construção do Sentido Na Arquitetura  
J.Teixeira Coelho Neto  
Debates - Arquitetura - Ed.Perspectiva.  
-- Imperialismo y Urbanizacion en America Latina  
M. Castells - Coleccion Ciencia Urbanistica  
Editora Gustavo Gili S.A.